

Sector vitivinícola dos Açores regista mais de 30 produtores e mais de 80 vinhos certificados com Denominação de Origem Protegida

O sector vitivinícola dos Açores continua a afirmar-se como um dos pilares mais expressivos da identidade agrícola e cultural do arquipélago, registando em 2025 uma dinâmica crescente em várias ilhas. Segundo dados actualizados da Comissão Vitivinícola Regional dos Açores (CVRAçores), que brevemente será extinta e integrada no recentemente criado Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, estão actualmente devidamente inscritos (à data de 28 de Abril de 2025) mais de 33 agentes económicos, entre adegas cooperativas, produtores independentes e empresas vitivinícolas, autorizados a produzir, envelhecer ou comercializar vinhos com Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP).

O sistema de certificação adoptado pela CVRAçores abrange quatro designações protegidas: DOP Pico, DOP Graciosa, DOP Biscoitos (na ilha Terceira) e IGP Açores. Cada uma destas denominações obedece a exigentes requisitos técnicos, desde a origem exclusiva das uvas em vinhas legalmente cadastradas até à realização de análises laboratoriais físico-químicas e sensoriais, passando por processos rigorosos de controlo e fiscalização. O objectivo é assegurar a autenticidade e qualidade dos vinhos açorianos, protegendo simultaneamente o nome das regiões produtoras.



A ilha do Pico destaca-se largamente como a principal produtora de vinhos certificados da região, contando com 75 vinhos registados com DOP Pico. Estes vinhos evidenciam a riqueza das castas autóctones como o Arinto dos Açores, Verdelho e Terrantez do Pico. A diversidade de marcas e estilos confirma o dinamismo do sector na ilha, cuja paisagem de currais foi reconhecida pela UNESCO como Património Mundial.

Na ilha Graciosa, estão registados pelo menos seis vinhos com DOP Graciosa, destacando-se os produzidos pela Adega e Cooperativa Agrícola da Ilha Graciosa, com castas como Verdelho, Arinto dos Açores e Boal. Já a Terceira, através da DOP Biscoitos, conta com 3 vinhos DOP.

Já no que se refere aos vinhos com Indicação Geográfica Protegida, têm expressão em várias ilhas, incluindo São Miguel.

O processo de certificação dos vinhos açorianos é regido por um esquema técnico aprovado pela CVRAçores e futuramente pelo IVVA, integrando etapas como a inscrição de agentes económicos e vinhas, a declaração de colheita e produção, a recolha de amostras, a análise laboratorial e sensorial, a rotulagem e a emissão de selos de certificação. Este procedimento está alinhado com os regulamentos europeus, nomeadamente o Regulamento (UE) n.º 1308/2013, e com as portarias nacionais aplicáveis ao sector.

A listagem oficial de produtos certificados, no caso dos DOP 84 marcas e no caso dos IGP 78 marcas (dados da CVRAçores à data de 15 de maio de 2025).

Estes dados demonstram que os vinhos açorianos se têm vindo a afirmar-se pela sua qualidade e tipicidade, refletindo o carácter vulcânico dos solos, a influência marítima e a resiliência dos viticultores que trabalham em condições únicas no panorama vitivinícola europeu. A certificação confere aos consumidores garantias de origem e autenticidade e constitui, para os produtores, uma valorização comercial e identitária do vinho açoriano no mercado nacional e internacional.

**journal@diariodosacores.pt*

Paulo do Nascimento Cabral insatisfeito com presidência dinamarquesa sobre a Coesão

O Eurodeputado do PSD, Paulo do Nascimento Cabral, defendeu que “é fundamental compreendermos que não há nada mais importante para a segurança e defesa da União Europeia do que o desenvolvimento de cada uma das suas regiões”, durante a troca de pontos de vista com Marie Bjerre, Ministra dos Assuntos Europeus, sobre as prioridades da Presidência Dinamarquesa, que decorreu esta semana na Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu.

Na sua intervenção, o Deputado ao Parlamento Europeu manifestou a sua preocupação com a apresentação da Presidência Dinamarquesa sobre a sua visão para a Coesão e com a distinção feita entre a política de coesão, e a competitividade e inovação, lembrando que “a política de coesão é a maior política de investimentos da União Europeia e beneficia directa ou indirectamente toda a União Europeia”, reforçando que os beneficiados “não são apenas alguns Estados Membros, mas todos os Estados-Membros”, e acrescentando ainda que “é por isso que não posso ficar satisfeito quando vejo esta diferenciação entre a coesão, a competitividade e a inovação, porque a coesão é também competitividade, é também inovação, é também a ocupação do nosso território e é fundamental para a segurança e defesa da União Europeia”.

Além disso, Paulo do Nascimento



to Cabral alertou ainda que a falta de investimento em qualquer região representa também um risco para a segurança europeia e para o projecto europeu. “Temos regiões que pela falta de investimento, pela sua desocupação e pela insatisfação, são uma ameaça à segurança europeia e são também uma ameaça às democracias europeias, é por isso que nós também temos que compreender que a coesão é, sem dúvida, esta cola que une o projecto europeu e que não pode ser desmantelada. Simplificar não significa degradar esta importante política.”, realçou.

O Eurodeputado do PSD destacou ainda a importância de envolver as

autoridades regionais e locais no desenvolvimento das políticas europeias nas regiões, no sentido de uma “abordagem multinível, que tem sido uma aposta aqui da Comissão REGI e do Parlamento Europeu, em que precisamos de perceber o papel e precisamos envolver as autoridades regionais e locais na gestão e desenho dos projectos europeus, na gestão e desenho das políticas europeias nestas mesmas regiões, cumprindo com o princípio da subsidiariedade.”

Na ocasião, Paulo do Nascimento Cabral endereçou a Ministra Dinamarquesa presente na sessão, questionando: “e, porque a Dinamarca

também tem aqui regiões, como é que encara este papel da participação regional, das autoridades regionais, na definição das próximas políticas e fundos europeus”, e mencionando as regiões ultraperiféricas portuguesas, no sentido em que “a dimensão territorial que a União Europeia tem e que é também fornecida pelas regiões fronteiriças, também o é pelas regiões ultraperiféricas. Estamos a falar, por exemplo, dos Açores e da Madeira, que são duas regiões portuguesas que são guardas avançadas de segurança também para a União Europeia, e que estão no Atlântico, no Atlântico Norte e também junto do continente africano, e portanto, são fundamentais e não podem ser encaradas apenas numa lógica de coesão social regional, que também têm de ser, mas também naquilo que aportam para a União Europeia.”

O parlamentar europeu concluiu a sua intervenção com esta nota final: “não há nada mais importante para a segurança e defesa europeias do que termos regiões desenvolvidas, reduzindo as disparidades de desenvolvimento regional, garantindo satisfação e compromisso com o projecto europeu, porque onde há vazios da União Europeia, esses espaços são rapidamente ocupados por forças que não são favoráveis ao projecto europeu, e portanto, ao mesmo tempo, serão mais vulneráveis a ameaças externas.”